2.3.1. Processo 000126-440/2015
Requerente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS
Requerido: Empresa Max Domini Serviços Póstumos Ltda

Origem: 2ª PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo - Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de prática de poluição ambiental pelo Cemitério Max Domini

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito e CONVERTEU O JULGAMENTO para a realização das seguintes diligências, devendo os autos serem remetidos ao Membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento, nos termos da Resolução CNMP nº 143 de 14 de junho de 2016, que alterou o art. 10, §4º, item I da Resolução CNMP nº 23/2007: Oficiar a SEMA para que, 1) Informe se a equipe técnica procedeu a avaliação de impacto ambiental causado nas águas dos poços artesianos e igarapé próximos ao cemitério, conforme requisitado no ofício nº 051/2010; 2) Informe se o Cemitério Max Domini vem cumprido com as condicionantes do licenciamento e se apresentou estudo atualizado dos corpos hídrico do entorno e dos poços de monitoramento. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.3.2. Processo 000614-915/2015

Requerente: E.S.O.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Marabá

Origem: 13ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar situação de risco de pessoa com deficiência.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, eis que, após análise jurídica dos documentos, especialmente o relatório de visita domiciliar realizado pelo Setor Social deste Órgão Ministerial, observamos que a Sra. E. não se encontra em situação de risco, estando sob os cuidados de sua irmã, acompanhada pelo Serviço de Saúde Municipal, tomando a medicação necessária. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.3.3. Processo 000170-012/2015

Requerentes: A Coletividade; P. P. L. S.

Requerido: Prefeitura Municipal de Capanema

Origem: 3ª PJ de Capanema

Assunto: Apurar sobre práticas de improbidades administrativas no uso de veículos e funcionários da Prefeitura Municipal.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, eis que, data máxima vênua o entendimento do Promotor de Justiça em promover o arquivamento do inquérito civil, argumentando que não havia possibilidade de comprovação do fato, em razão do vídeo anexado aos autos não mostrar toda a área onde estavam os veículos e funcionários da Prefeitura, e ainda, pelo fato de que a denúncia se tornou pública antes mesmo da verificação das supostas irregularidades, da análise dos autos verificou-se que ainda existem alguns fatos que precisam ser esclarecidos, pois em sua defesa o Prefeito não nega que o terreno objeto da filmagem seja o de sua família. Ademais, apesar do Prefeito alegar que no vídeo não seria possível atestar a propriedade dos tratores e a presença dos funcionários municipais, afirma a intenção de promover Sindicância Administrativa para apurar a conduta dos funcionários. No entanto, a Prefeitura não apresentou ao Ministério Público a cópia da Sindicância Administrativa ou mesmo informou se existe. INDICOU, portanto, a Exma. Promotora de Justiça Maria José Vieira de Carvalho Cunha, para atuar no feito, DETERMINANDO o envio dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para cumprimento do art. 57, parágrafo único, da LCE nº 057/2006. DETERMINOU, ainda, que cientifique o Promotor de Justiça que promoveu o arquivamento, da presente decisão. Registrou-se a ausência justificada dos Exmos. Conselheiros Nelson Pereira Medrado e Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves.

2.3.4. Processo 000220-012/2015

Requerente: Projeto de Assentamento Elizabeth Teixeira.

Requerido: Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 8ª PJ de Castanhal

Assunto: Apurar reclamação de falta de assistência técnica ao assentamento Elizabeth Teixeira pela Prefeitura Municipal de Belém.

Item retirado de pauta, a pedido da Conselheira Relatora.

2.3.5. Processo 005629-477/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Centro Social, Cultural e Educacional Arca de Noé

Origem: 1ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar as contas apresentadas pelo Centro Arca de Noé relativas ao ano-calendário 2014.

A Exma. Conselheira Relatora votou pela NÃO HOMOLOGAÇÃO do arquivamento do feito, com a devolução para arquivamento na Promotoria de origem do presente procedimento, nos termos do que dispõe a súmula nº001/2016 - CSMP, por se tratar de mera notícia de fato.

O Exmo. Conselheiro **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** divergiu do voto da Relatora, votando pela HOMOLOGAÇÃO da promoção do arquivamento do feito, sob alegação de que não se trataria de simples fiscalização rotineira, mas de determinação legal de fazer, sendo obrigação legal prevista em lei.

Acompanharam o voto da Conselheira Relatora, os Exmos. Conselheiros Dr. **Nelson Pereira Medrado** e **Estevam Alves Sampaio Filho**, bem como o Corregedor-Geral **Adélio Mendes dos Santos**.

O Egrégio Conselho Superior, por maioria de votos, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, devendo os autos serem arquivados na promotoria de origem do presente procedimento, nos termos do que dispõe a súmula nº001/2016 - CSMP, por se tratar de mera notícia de fato. Registrou-se a ausência justificada do Presidente em exercício Dr. Miguel Ribeiro Baía e da Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.3.6. Processo 000289-111/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Em apuração

Origem: 3ª PJ do Consumidor

Assunto: Apurar a regularidade de abatedouros de animais do Estado do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, alterado parcialmente em sessão, no que acrescenta a determinação ao Centro de Apoio Operacional Constitucional, para que distribua o Relatório da ADEPARÁ a todos os Promotores de Justiça que atuam nos 144 municípios do Estado, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, quando estas ainda não tiverem sido adotadas. Registrou-se a ausência justificada do Presidente em exercício Dr. Miguel Ribeiro Baía e da Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

2.4. Processos de Relatoria do Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA:

2.4.1. Processo 000157-111/2014

Requerente: Elias Gomes de Souza

Requerido: Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA

Origem: 2ª PJ do Consumidor da Capital

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades no abastecimento de água em áreas do bairro Curio-Utinga.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando que o objeto do presente Procedimento Administrativo encontrava-se resolvido, uma vez que a COSANPA regularizou o abastecimento de água, no bairro Curio-Utinga, conforme constatado pelo GTI deste MPE. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos e do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.4.2. Processo 000212-112/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará; R. S.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Origem: 2ª PJ das Pessoas com Deficiência, Idosos e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar denúncia de falta de atendimento médico adequado a idoso acometido de câncer de pulmão e de próstata.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, uma vez que, após o cumprimento das diligências cabíveis e necessárias, restou demonstrado que a atuação extrajudicial foi suficiente para garantir o respeito à determinação Ministerial, a saber: realização de avaliação médica especializada em oncologia, bem como ao exame de biópsia prostática. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos e do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.4.3. Processo 000020-200/2015

Requerente: A. L. F. S.

Requerido: Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - HMUE

Origem: 2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de má conduta médica

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO

HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora alterado em sessão, considerando que a atuação Ministerial não foi capaz de alcançar o objeto inicialmente proposto na Portaria n.º 023/2012-2ªPJDC, tendo em vista que o Parquet se limitou a expedir ofícios, DETERMINANDO a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos da Resolução nº 143, do Conselho Nacional do Ministério Público, para que cumpra diligências no sentido de obter resposta sobre a conclusão da sindicância interna instaurado no Hospital para apurar e elucidar os fatos, bem como outras diligências necessárias para elucidação do caso. DETERMINOU que cientificasse a Promotora de Justiça que promoveu o arquivamento, da presente decisão. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Adélio Mendes dos Santos e do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.4.4. Processo 000396-450/2015

Requerente: D.T. Q.

Requerido: F. D.

Origem: 3ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de abuso sexual efetuada ao Disque 100 sob o nº 203492

A Exma. Conselheira Relatora proferiu seu voto, no sentido de HOMOLOGAR a promoção de arquivamento do feito, no que tange ao objeto composto na Portaria nº 016/2015-3ªPJIJ, que tratou de averiguar a suposta situação de risco vivenciada pela adolescente de 12 anos (ao tempo do fato); e, com relação à prática de crime de abuso sexual de pessoa vulnerável, cometido por pessoa maior de idade, votou pelo NÃO CONHECIMENTO e NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, nos termos da Súmula nº 002/1998-CSMP combinado com o art. 23, §3º, inc. I, 2ª parte, da Res. nº 10/2011-CPJ (que regulamenta o IC no MPPA), por não se tratar de matéria de atribuição do PJIJ. Por fim, se manifestou pela remessa de cópia à Coordenadoria das Promotorias de Justiça Criminais de Ananindeua, para os ulteriores de direito.

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

O Exmo. Presidente, em exercício, Dr. **Miguel Ribeiro Baía** divergiu, se manifestando pela não homologação da promoção de arquivamento quanto à questão cível.

O Exmo. Conselheiro Estevam Alves Sampaio Filho pediu vista dos autos.

2.4.5. Processo 000206-012/2015

Requerente: V. L. DE L. B.

Requerido: Casa dos Autistas em Marituba/PA.

Origem: 4ª PJ Cível e de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais de Marituba

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Casa dos Autistas em Marituba/PA.

A Exma. Conselheira Relatora votou pelo CONHECIMENTO e, no mérito, pela HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO do feito.

O Exmo. Conselheiro **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** levantou voto divergente no sentido de que o feito em questão não se trata de Inquérito Civil, e sim em Notícia de Fato, devendo este ser arquivado na promotoria de origem.

Os Exmos. Conselheiros **Nelson Pereira Medrado**, **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** e **Estevam Alves Sampaio Filho**, bem como o Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. **Adélio Mendes dos Santos** e o Exmo. Presidente, em exercício, Dr. **Miguel Ribeiro Baía**, acompanharam o voto da Conselheira Relatora.

O Egrégio Conselho Superior, por maioria de votos, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, uma vez que inexistem indícios de irregularidades nos procedimentos adotados pelo gestor e pela "Casa dos Autistas de Marituba", conforme documentação acostada aos autos, inclusive, laudo de vistoria de engenharia, bem como Parecer Técnico que comprovaram que o imóvel apresentava condições de segurança, habilidade e higiene para a utilização e funcionamento da instituição.

2.4.6. Processo 000210-012/2015

Requerente: Ministério Público Federal

Requerido: Benedito Moraes dos Santos

Origem: 3ª PJ Cível e de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais de Marituba

Assunto: Apurar denúncia de fraude nas eleições gerais de 2012 por parte de servidores que teriam se utilizado de 03 meses de licença remunerada para atividade política visando benefício pessoal.

A Conselheira relatora manifestou-se no sentido de HOMOLOGAR a promoção de arquivamento do feito, considerando que após diligências realizadas e análise dos documentos acostados no Inquérito Civil, não ficou comprovada a prática de qualquer ato realizado pelo Sr. Benedito Moraes dos Santos, que enseje em improbidade administrativa relacionada à fraude eleitoral, considerando que o investigado nunca foi servidor público